

GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS MILTONIANOS À ANÁLISE

Kaique Bezerra¹

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências (IG).
bezerrakaique.br@gmail.com

Maria Tereza Duarte Paes²

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências (IG).
paes.tereza@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz alguns conceitos-chave para a análise geográfica do patrimônio cultural edificado em suas intersecções com a valoração, a apropriação e os usos da atividade turística na escala territorial das cidades. Destes modos, apresentamos as categorias *forma, função, estrutura e processo*, somadas a outros aportes conceituais como as *rugosidades, as horizontalidades e as verticalidades*, legados do método de Milton Santos, para entendermos a produção social do espaço no contexto da patrimonialização e da turistificação no ambiente urbano. Estes conceitos são guias para a compreensão das dinâmicas socioespaciais e seus desdobramentos no movimento das forças que transformam e (re)produzem territórios. Consideramos, então, que a relação dos conceitos analisados e a reflexão crítica do processo dialético que ocorre na apropriação do patrimônio cultural pelo turismo, denuncia as suas intencionalidades e contradições no desenvolvimento desigual promovido no espectro da globalização, e contribui com uma abordagem geográfica do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Turismo. Bens culturais. Patrimonialização. Dialética socioespacial. Categorias geográficas.

GEOGRAFÍA, TURISMO Y PATRIMONIO CULTURAL: LA APORTACIÓN DE ALGUNOS CONCEPTOS MILTONIANOS AL ANÁLISIS

RESUMEN

Este artículo presenta algunos conceptos clave para el análisis geográfico del patrimonio cultural edificado en sus intersecciones con la valoración, apropiación y usos de la actividad turística en la escala territorial de las ciudades. Así, presentamos las categorías de *forma, función, estructura y proceso*, junto a otras aportaciones conceptuales como *rugosidades, horizontalidades y verticalidades*, legados del método de Milton Santos, para comprender la producción social del espacio en el contexto de la patrimonialización y la turistificación en el ambiente urbano. Estos conceptos son guías para comprender las dinámicas socioespaciales y su despliegue en el movimiento de fuerzas que transforman y (re)producen territorios. Por lo tanto, creemos que la relación entre los conceptos analizados y la reflexión crítica sobre el proceso dialético que ocurre en la apropiación del patrimonio cultural por el turismo denuncia

¹ Estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG/UNICAMP), bolsista de Mestrado do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Docente do Departamento de Geografia (DGEO/IG/UNICAMP), bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PQ-CNPq).

sus intenciones y contradicciones en el desarrollo desigual promovido por la globalización, y contribuye a un enfoque geográfico del patrimonio cultural.

Palabras-clave: Turismo. Bienes culturales. Patrimonialización. Dialéctica socioespacial. Categorías geográficas.

INTRODUÇÃO

A volatilidade das transformações que impacta as sociedades na escala global é disseminada por valores que, em cada tempo social, orienta decisões tomadas por agentes, assim como projetos políticos que influenciam fortemente na dinâmica das relações socioespaciais (LUCHIARI, 2005). Sendo o espaço geográfico a totalidade de uma “condição, meio e produto” para a existência das relações sociais (CARLOS, 2018), que se totaliza em um processo contínuo, observa-se o tensionamento por interesses e conflitos que moldam a vida cotidiana pressionada por forças exógenas e endógenas ao lugar, ou seja, pelas *horizontalidades* e *verticalidades*, conforme nos ensina Santos (1996).

“O espaço impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele” (SANTOS, 1985, p. 49). No campo das instâncias política, institucional, econômica e social, a dimensão espacial também se impõe: “as relações sociais se realizam nas condições espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial” (CARLOS, 2018, p. 13). Quando analisada na perspectiva marxista do materialismo histórico, a relação sociedade-tempo-espaço contribui para a compreensão desta totalidade social, isto é, do processo socioespacial que se encontra em constante movimento.

Milton Santos contribuiu com uma proposição nova de método para a ciência do espaço, referenciando áreas disciplinares, tais como a Sociologia, a Filosofia, a Física, a Ciência Política, a História, entre outras, adotando o diálogo entre saberes e áreas do conhecimento como um caminho para a estruturação de um método para a interpretação científica do espaço geográfico em sua totalidade social (COSTA, ZOMIGHANI JR. e BOSCARIOL, 2022).

Tomando Lefebvre como referência, Santos (1985, p. 52), afirma que as categorias *forma*, *função*, *estrutura* e *processo* configuram conceitos teórico-

metodológicos que devem ser analisados de forma integrada para o entendimento “da atual organização espacial”, constituídos na totalidade de um sistema de objetos e de ações, que produz e reproduz o espaço.

Assim, o espaço é uma categoria abstrata que se realiza na concretude das paisagens e dos lugares por meio dos quais a dinâmica do espaço social se reproduz alimentando a história. A totalidade é sempre fugidia, em seu movimento permanente de mudança estrutural. Neste sentido, Santos (1996, p. 95) afirma que: “(...) *toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se*”. Nesse processo, a ação (social, histórica e geográfica) une o universal ao particular, o mundo ao lugar, e a estrutura social realiza-se concretamente, na produção do espaço que substancia sua existência.

Na dinâmica e na produção do espaço geográfico, as *rugosidades* (SANTOS, 2014 [1 ed. 1996], p. 139-141), representadas pelas formas (SANTOS, 1985), como as construções arquitetônicas de tempos pretéritos, símbolos do acúmulo de tempo expresso na paisagem, permitem sua parcial compreensão como um fragmento da totalidade (PAES, 2017), por meio da análise da ocorrência histórica de eventos e sua funcionalidade no que tange às *formas-conteúdo* (SANTOS, 1999). Como afirmou Lefebvre, a forma urbana, “*que figura entre as grandes formas*”, na interpretação da produção social do espaço só pode ser compreendida em seu movimento de *forma-conteúdo* (LEFEBVRE, 2000 [1 ed. 1974, p. 175), trazendo consigo as intencionalidades em sua concepção.

“Pensando a cidade historicamente, é possível afirmar que entre obra (realidade prático-sensível) e produto (mercadoria), valor de uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) e valor de troca (de mercado), o segundo termo se impôs” (PAES, 2012, p. 326). Na condição de que “[...] *em nossas cidades, o que é permanente é a mudança*” (PAES, 2012, p. 323), os interesses ideológicos e políticos são representados nos valores predominantemente das verticalidades, que impactam a velocidade do movimento das intencionalidades sobre o espaço.

Ao tratar das rugosidades, formas-conteúdo que, hoje, podem ser objetos de refuncionalização e turistificação para o consumo cultural no período histórico

presente da globalização (PAES, 2005), estas podem constituir-se em espetáculo na produção de novas relações entre a sociedade, o mercado e o consumo (DEBORD, 1997).

Cabe a nós, investigadoras e investigadores da produção social do espaço, construir as pontes entre a compreensão abstrata deste processo e a realidade concreta das injustiças sociais que perseveram no território.

Assim, este artigo tem como objetivo fazer uma aproximação do método geográfico e, com alguns aportes teórico-conceituais miltonianos, destacar os conceitos de *forma*, *função*, *estrutura* e *processo* (SANTOS, 1985), as *horizontalidades* e as *verticalidades*, e as *rugosidades* (SANTOS, 2014 [1 ed. 1996]), na conjugação de seus usos como ferramentas metodológicas para analisar o movimento a partir do qual os bens culturais tombados ou registrados são relevantes para a produção das relações socioespaciais, particularmente, em relação ao patrimônio cultural urbano edificado, objetos importantes para o entendimento da relação dialética da preservação do patrimônio com o fenômeno que surge como ordem global, a turistificação de lugares e a (re)produção de novos territórios (YÁZIGI, 2001; CRUZ, 2005, 2012; LUCHIARI, 2005; PAES, 2012, 2017).

FORMA, FUNÇÃO, ESTRUTURA E PROCESSO: CATEGORIAS PARA A APREENSÃO DO ESPAÇO

Na atual valorização dos bens culturais patrimonializados, compreendidos como *rugosidades* nas cidades, é importante compreendê-los não apenas como objetos, mas, como *formas-conteúdo*. O movimento da totalidade social, ao se reproduzir, gera formas, funções e valores como forças propulsoras para novos movimentos e formas. A totalidade não é a somatória das partes, assim como a parte, tomada isoladamente, não representa sozinha a totalidade. A totalidade, em sua dinâmica, atravessa as partes inserindo-as em sua lógica de funcionamento (LEFEBVRE, 2000 [1 ed. 1974.], SANTOS, 1996).

Alguns bens culturais são mais valorizados do que outros, por exemplo, por pertencerem a um dado tempo histórico, mais hegemônico enquanto memória ou valor

cultural; outros, por estarem mais alinhados às políticas públicas de conservação patrimonial que favorecem estratégias de *refuncionalização turística*, como em muitos núcleos urbanos com áreas centrais tombadas (PAES, 2012). A partir deste contexto sociopolítico, econômico e espacial, as formas pretéritas ganham novas funções, particularmente na estrutura econômica dominante que valoriza a esfera do consumo cultural e turístico em territórios da cidade (PAES, 2017).

Deste modo, nossa atenção refere-se aos bens culturais edificados inseridos no contexto urbano, que atuam a partir das forças das verticalidades e horizontalidades (conforme veremos mais adiante) na produção e reprodução de disputas territoriais nas cidades e nas relações sociais que moldam a vida coletiva e as subjetividades individuais (LUCHIARI, 2005; LEFEBVRE, 2008 [1 ed. 1968]).

No campo patrimonial, as formas-paisagens inseridas no cotidiano das sociedades podem ser representadas por ruínas, edifícios antigos, locais desativados de suas funções iniciais, marcos arquitetônicos que se constituem como integrantes da história do lugar que, no presente, demandam por mudanças formais e funcionais. São as rugosidades que, ao permanecerem no ambiente urbano, em grande medida, são refuncionalizadas (SANTOS, 1985), criando uma imagem cultural para o uso turístico (PAES, 2017).

As *formas* conformam morfologias, materialidades que podem ser identificadas na paisagem. A forma possibilita a realização material das intencionalidades sociais. As pirâmides no Egito, a cidade de Machu Picchu, no Peru, ou o Coliseu, na Itália, são exemplos de formas edificadas para representarem, na materialidade, as suas intencionalidades, valores, ideologias e relações de poder expressas em construções cristalizadas em distintos momentos da história (MENESES, 2012). Assim, deve-se questionar, quais as formas foram valorizadas em determinados períodos? Quais estilos arquitetônicos? Quais materiais foram priorizados? Quais técnicas? Quais os discursos sobre essas formas? Se as formas são aspectos visíveis na paisagem, como identificar os seus padrões neste fragmento da totalidade? Em síntese,

As paisagens que reproduzimos também nos representam, pois são portadoras de nossa identidade simbólica, patrimônio coletivo de significação histórica e política localizada, fragmento da totalidade do espaço que permite

que o tempo ou a memória se cristalice dando-se à nós para interpretação (PAES, 2017, p. 680).

A *função* é operacionalizada por meio das intencionalidades aplicadas às formas, sejam edificações isoladas, centros históricos ou grandes conjuntos paisagísticos. “*O tempo assume novas conotações com o desenvolvimento das técnicas. Assim, formas antigas convivem em sincronia com novas formas, embora expressem tempos distintos. Só o processo pode dar conta da totalidade ambiente*” (RODRIGUES, 1999, p. 74-75). A refuncionalização das formas atua no cotidiano por meio de novos usos sociais correspondentes à estrutura determinante.

No caso do turismo, citemos, como exemplo, a Estação da Luz na cidade de São Paulo, construída para atender um objetivo inicial de escoamento do café do interior paulista ao litoral do estado. Com o passar das décadas, esta importante forma-conteúdo modificou as suas funções vinculadas ao transporte e, em sua história, exerceu também influências no seu entorno urbano, para além da sua área envoltória protegida pela conservação patrimonial.

Contextualizando o bem do patrimônio edificado como cultural, a sua função, ou suas funções, não se restringe, especificamente, ao edifício, mas, aos seus usos, as suas representações, ao seu valor cultural em várias escalas e, também, à sua valorização turística. O processo de refuncionalização atribuído ao bem, que permanece como rugosidade, aporta uma complexidade de questões socioespaciais que aliam o campo patrimonial ao saber geográfico (PAES, 2012).

A *estrutura* indica a determinação hegemônica da vida social em seu período histórico. O determinismo econômico do período contemporâneo, tão bem representado pela globalização, impera no momento atual e impacta sobre a divisão territorial do trabalho, pois, segundo Santos (1985), os processos articulados materialmente sobre o espaço modificam a estrutura de trabalho e as relações sociais.

Se, no presente momento, a estrutura que predomina refere-se ao modo de produção capitalista, é importante lembrar que, nem sempre, na história, esta foi a estrutura hegemônica. Basta lembrarmos dos longos séculos da Idade Média na Europa, para considerarmos a estrutura religiosa, ou o poder da Igreja, como

importante determinante da vida social e na morfologia das cidades. Do mesmo modo, as mudanças do feudalismo para o capitalismo, trouxeram novas morfologias urbanas.

Estas construções remanescentes de períodos pretéritos, hoje compreendidas como rugosidades, enfrentam um conflituoso processo de valoração e apropriação entre os grupos sociais locais, o poder público e a iniciativa privada. Em muitos casos, esses processos induzem à refuncionalização e agem diretamente sobre as formas e as funções do patrimônio histórico edificado, alvo de intervenções urbanas ditadas por novos valores culturais, econômicos, políticos e turísticos (LUCHIARI, 2005).

Um dos *processos* que podem ser identificados na contemporaneidade é a valorização turística do patrimônio, incluindo ações de mudanças formais (restauros, reformas, usos de novas técnicas e materiais de construção), e funcionais, que transformam antigos casarões residenciais, estações ferroviárias, edificações institucionais, ou mesmo igrejas, a partir de novos usos turísticos: meios de hospedagem, casas de espetáculos, restaurantes, teatros, lojas de *souvenirs*, museus, centros culturais, entre outros. É importante mencionar que a refuncionalização do patrimônio, ditada pelo processo que o transforma, sobrepõe a tecnologia atual nas formas e técnicas anteriores.

Tais processos de refuncionalização turística envolvem conflitos de interesse e tomadas de decisão que podem acarretar em maior ou menor impacto ao lugar, a depender de sua interação entre as horizontalidades e das verticalidades. Ainda assim, as intencionalidades em torno do patrimônio, com sua refuncionalização turística, tende a romper com a dinâmica do lugar, quando os *fixos* (formas, rugosidades) são valorizados e novos fluxos são gerados. O dinheiro, as imagens e os modais de transporte são alguns exemplos de geradores de *fluxos* no espaço³.

³ “Os fixos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalho. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 2008 [1 ed. 1988], p. 86).

Se o turismo possui forte influência política (instituições, ideologias, valores), cultural (modo de produção, modo de consumo), social (organização da sociedade), ambiental e ecológica (o ambiente urbano, rural, natural), e econômica (mercado de serviços, mercado financeiro, empresas), tecnológica (as mobilidades, as mídias sociais e as imagens), o setor também se caracteriza por uma arena de disputa e, em muitas realidades, um agente criador de desigualdades socioespaciais com o uso do patrimônio cultural. Conforme analisa Paes (2017), tratam-se de contradições presentes e ações conflituosas entre os interesses do patrimônio e do turismo, com a intersecção do global sobre o local.

Na agenda das políticas públicas, os bens culturais tornam-se importantes vetores de institucionalização e legitimação dos processos sociais de valorização e apropriação pelo turismo (MARINS, 2016), valorizando as formas patrimonializadas, refuncionalizando-as para a atribuição de novos usos, com vistas a atender às demandas da estrutura determinante atual (LUCHIARI, 2005; PAES, 2012).

Neste caminho, a mercantilização das cidades para o consumo do turismo também se faz presente nas políticas públicas, conforme aponta Cruz (2020). Segundo a autora, no caso do turismo, o modo de promoção turística institucional, apesar de possuir um enfoque no desenvolvimento regional, possui as contradições reveladas na sua dialética com o *“desenvolvimento geográfico desigual brasileiro”*. Assim, a compreensão das forças das horizontalidades e das verticalidades contribuem para um entendimento mais aprofundado de tal fenômeno.

A CIDADE E AS RUGOSIDADES

A cidade, em constante transformação (LEFEBVRE, 2008 [1 ed. 1968]), revela a existência de um passado (tempo histórico e acúmulo material), um futuro (portador de alternativas e caminhos possíveis), e o presente, quando as decisões tomadas na escala dos centros urbanos globalizados impactam diretamente as sociedades locais em processos da produção e reprodução do espaço. Neste raciocínio, Luchiari (2005, p. 96) discorre que,

A cidade, natureza transformada e artificializada pela ação social, acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de postura ideológica da

sociedade em relação ao seu patrimônio cultural revela novos universos simbólicos que perfazem um processo contínuo de alteração de valores.

As construções físicas edificadas em diferentes períodos históricos podem ser entendidas, segundo Santos, como rugosidades que atuam na totalidade e na totalização do espaço geográfico — que, em resumo, é abstrato e concreto. As rugosidades são “*formas remanescentes dos períodos anteriores*”, sendo que “*as formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas*” (SANTOS, 2014 [1 ed. 1996], p. 140). Neste sentido, ainda que não seja perceptível de imediato, as formas concretas expressas nas paisagens mostram as intencionalidades institucionalizadas na história dos lugares, pois, segundo Santos (2014 [1 ed. 1996], p. 140),

O que na paisagem atual representa um tempo do passado, nem sempre é visível com o tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos de *rugosidades* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. [...] as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos do tipo de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

No espaço, o tempo e a memória se cristalizam, como a língua falada, os costumes, crenças, nomenclaturas, legislação, saberes locais e lugares. Em ambas situações, as rugosidades, no contexto das relações socioespaciais se cristalizam, e também são modificadas no sistema de objetos e sistema de ações, instância complexa que se move continuamente. Com a assunção do espaço como tema central, segundo Santos (p. 259, 2004 [1 ed. 1978]), as rugosidades mostram como “*os estabelecimentos humanos são definidos por uma combinação local de variáveis da qual cobram sua originalidade*”. Ao tratar das formas concretas, objeto de interesse deste artigo, Santos (2014 [1 ed. 1996], p. 141) escreve:

O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas estão ali à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe ao trabalho a fazer [...].

Assim, o entendimento das rugosidades busca “*verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de*

permitir ações simultâneas” (SOUZA, 2019, p. 12). Como exemplo, a mundialização das relações da sociedade no contexto da colonização e, na contemporaneidade, na expansão geográfica do capitalismo e da globalização (ORTIZ, 1994) que, no cenário atual, valoriza as formas do passado e as transforma em produto para o consumo do turismo e do lazer (LUCIARI, 2005).

De acordo com Santos (1985), as formas do passado convivem com as novas formas porque os novos projetos políticos sobre o espaço deparam-se com as rugosidades, desse modo, não é possível e, tampouco viável, destruir todas as formas antigas e construir formas novas em torno das ideologias que dominam as dimensões da vida no período atual. A valorização turística sobre as formas do passado emerge por seu potencial econômico e é promovida, atualmente, pela indústria cultural e com o consentimento, ou, a regulação do Estado (PAES, 2017).

Santos (2002, p. 67), observa que, *“por estar umbilicalmente ligada ao mercado, a indústria cultural tende, em nossos dias, a ser cada vez menos local, regional, nacional”*, o que implica no domínio das forças globalizantes e sua relação direta com os valores culturais na apropriação econômica das rugosidades.

As rugosidades representam permanências no complexo e dinâmico processo socioespacial, e disputam legitimidade no sistema de objetos e de ações em cada novo processo sociohistórico. Essas mudanças podem ser compreendidas por meio das categorias de forma, função, estrutura e processo, que devem ser analisadas em sua totalidade, conforme bem salienta Santos (1985). Portanto, *“[...] as rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações as únicas e possíveis em tempo e lugar dados”* (SANTOS, 2014 [1ed. 1996], p. 140-41).

Tomando o patrimônio histórico e cultural como objeto de valor e relação de troca política, institucional, econômica, (e tecnológica e ambiental), as rugosidades, entendidas como heranças do passado, para às quais o turismo é um importante modo de apropriação, são colocadas em contraste com as novas formas que emergem de ideologias e projetos materializados no espaço (PAES, 2017).

As rugosidades, compreendidas aqui como bens culturais movidos por processos de patrimonialização, são importantes objetos de disputa territorial por diferentes atores da sociedade civil, do poder público e do mercado. Se as rugosidades hoje são também o patrimônio cultural, segundo Canclini (1999, p. 16),

“los términos con que se acostunbra a asociarlo – identidad, tradición, historia, monumentos – delimitan un perfil, un território, en el qual ‘tiene sentido’ su uso”.

Em termos conceituais, *“o patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade”* (PAES, 2009, p. 163). Ambos os termos (herança e propriedade) nos levam a refletir que existem relações socioculturais produzidas no espaço em que se insere o patrimônio, sob influência direta nas transformações da paisagem, valorizada na contemporaneidade pelos processos da globalização em diferentes escalas.

Segundo Choay (2001, p. 11), o patrimônio tem relação na sua origem com as “estruturas familiares, econômicas, e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. No tempo histórico, “sonhos”, ideologias e forças políticas são construções materiais cristalizadas no espaço com a expansão capitalista no reconhecimento do valor histórico, cultural e mercadológico, operadas pela hegemonia do poder por parte de quem planeja e gere os bens tombados.

Na cidade de São Paulo, a Estação da Luz (Figuras 1, 2, 3 e 4) é o exemplo de uma rugosidade patrimonial que enfrentou processos socioespaciais, incluindo o seu tombamento nas três escalas de reconhecimento institucional (IPHAN, CONDEPAAHT e CONPRES). Hoje, além de ser um cartão postal da cidade, trata-se de um símbolo das transformações urbanas marcado na paisagem do seu bairro de mesmo nome (Bairro da Luz), em seus processos de centralidade (YÁZIGI, 2006).

Figura1 – Antiga Estação da Luz (séc. XIX)



Fonte: Acervo Digital IPHAN (on-line)

Figura2 – Construção da atual Estação da Luz (início do séc. XX)



Fonte: Arte Fora do Museu (on-line)

Figura3 – Estação da Luz em seu estado atual (séc. XXI)



Fonte: Raphael Gonçalves (2022)

Figura4 – Estação da Luz em seu estado atual (séc. XXI)



Fonte: CONDEPHAT (on-line)

No Brasil, Marins (2016) nos alerta a manutenção do patrimônio de pedra e cal como principal foco do IPHAN até os anos 80; sendo que a valoração das “cidades históricas” e construções arquitetônicas da igreja católica foram priorizadas para representar a imagem da nação Brasil. Assim, as rugosidades carregam a valoração (ou não) de tempos pretéritos com a sobreposição de novos valores culturais. Nesta lógica, os agentes e atores envolvidos nos discursos, usos e representações do patrimônio mostram que a cultura materializada nas relações com o patrimônio “é *um campo eminentemente político*” (MENESES, 2016, p. 38).

HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES, FORÇAS ENDÓGENAS E EXÓGENAS

Nas relações de poder que envolvem o turismo e o patrimônio, existem forças, nesse caso, atores e instituições da sociedade civil, do mercado e do poder público, identificadas nas horizontalidades e nas verticalidades. Santos (2014 [1 ed. 1996]), discorre que existem dois recortes a partir de “um espaço de fluxos reguladores”. São as “verticalidades” e “horizontalidades” que influenciam as relações de poder e as disputas na produção do espaço. Segundo Santos (2014 [1a ed. 1996], p. 284):

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes inseparavelmente (...). Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica, da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.

As horizontalidades também se dão no sentido das ações solidárias de coletivos. Podemos dizer que a escala horizontal é a base, a força da localidade. Os lugares se diferenciam pela força da capacidade de absorver, ou não, o que vem de fora. Por sua vez, as verticalidades são aquilo que é externo ao lugar. Na totalidade, as horizontalidades e verticalidades são redes constituídas por nós e pontos interligados. No caso do turismo, segundo Rodrigues (1999, p. 68):

As políticas de turismo, estabelecidas no bojo das instituições, sempre orquestradas pela política econômica vigente, hoje em macroescala, para o

mercado globalizado, indiferentes às características dos lugares, contemplam as elites hegemônicas do capitalismo mundial, expressando-se por “verticalidades” alheias aos interesses locais.

No caso do patrimônio, as verticalidades podem ser caracterizadas por instituições oficiais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na escala internacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na escala federal do território brasileiro, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT)⁴ no Estado de São Paulo, e os conselhos municipais (ex. o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio), estrutura representada respectivamente por essa hierarquia; que também se articula com os agentes produtores do turismo, do mercado e do estado em suas várias escalas. Inclusive, para o campo da patrimonialização, é importante destacar que o *“Discurso Autorizado de Patrimônio”* que, conforme analisa Smith (2021, p. 144-145), elabora *“não apenas uma visão particular de patrimônio, mas também uma mentalidade autorizada, a qual é acionada para entender e lidar com certos problemas sociais centrados em reivindicações identitárias [...]”*, acaba por construir um discurso hegemônico e vertical em relação aos interesses horizontais.

Os coletivos, os conselhos municipais, as associações e as organizações da sociedade civil, agentes que, por meio da participação social, representam a força local, constituem as horizontalidades. Horizontalidade e verticalidades articulam ações que influenciam e regulam o território.

No campo do turismo, as verticalidades são expressas por instituições como a Organização Mundial do Turismo (OMT), no âmbito internacional; o Ministério do Turismo (MTur) na esfera federal; e pela Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo, na escala estadual.

As horizontalidades são movidas pelas secretarias locais, que regulam a operação da atividade turística com atuação em diferentes escalas, pelos coletivos, pequenas empresas, acadêmicos e pesquisadores, e comunidades que buscam, no turismo, uma alternativa ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

⁴ Trata-se de um dos únicos organismos institucionais entre os estados brasileiros a adotar em sua sigla o turismo, com vistas a disseminar o patrimônio cultural. No entanto, o turismo como ferramenta de proteção ao patrimônio não é necessariamente uma ação utilizada pelo CONDEPHAAT.

As horizontalidades e as verticalidades são forças - mundializadas e locais - que representam os conflitos de poder entre ações, interesses e regulação. As forças verticais tendem a se apropriar do patrimônio mais rapidamente e a comercializá-lo como experiência “histórica e cultural”, por meio de narrativas, por vezes, controversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo a instruir uma abordagem geográfica do patrimônio cultural, apontamos para algumas pistas que podem contribuir para uma investigação mais densa que inclua a possibilidade do uso de metodologias geográficas na interpretação do patrimônio.

Este artigo trouxe, apenas, uma indicação de reflexões a partir de caminhos metodológicos sobre os quais trilhamos, tomando alguns conceitos e categorias miltonianos que podem ampliar as possibilidades de interpretação do patrimônio cultural, a partir de uma abordagem geográfica do patrimônio em sua intersecção com o turismo. Pois, assim como Pereira (2022) analisou, as categorias geográficas, tais como território, paisagem e lugar contribuíram com o reconhecimento do patrimônio nas várias escalas da patrimonialização.

A interação interdisciplinar presente nas obras de Santos contribuem para ampliar a visão acerca da interpretação da produção espacial de um dado contexto ou situação geográfica. E, para dialogar com outras áreas disciplinares, é necessário que se mantenha o núcleo duro das referências de método e das referências conceituais da disciplina a partir da qual se fala.

A interdisciplinaridade aplicada ao estudo do patrimônio e do turismo tem sua relevância pelo diálogo como suporte e como complemento para a análise da totalidade social. Por exemplo, com a História, pela necessidade de compreensão dos desdobramentos históricos e sociais ocorridos no lugar; com a Sociologia, que permite o entendimento das relações e dinâmicas da sociedade; com a Antropologia que, a partir do seu objeto, a cultura, tem muito a contribuir na área do patrimônio e do turismo; com a Economia que explica os seus fundamentos impostos à estas atividades; com a Arquitetura, uma das áreas mais hegemônicas nos estudos do patrimônio, mais voltada às concepções das formas edificadas em estilos e estéticas

em períodos históricos diversos, que construiu uma base teórica, técnica e conceitual que instruiu, em grande medida, o campo da patrimonialização. Muitas ciências, ainda, debruçam-se, hoje, na interpretação da valorização turística do patrimônio, campo ainda aberto para novas análises.

No processo dialético que ocorre entre a valorização, a apropriação e os usos do patrimônio cultural pelo turismo, regulados pelo Estado e apropriados pela população ou pelo mercado, buscamos construir uma reflexão que auxilie na compreensão deste processo, com o objetivo de, a partir de uma área disciplinar específica, a Geografia, contribuir com a interpretação deste processo socioespacial, tão rico quanto desigual no território.

NOTA SOBRE A GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Na área de Geografia, o Turismo e o Patrimônio Cultural como escopo de análise trouxeram contribuições importantes na interpretação dos processos sociais e disputas que cercam as práticas patrimoniais e o espectro do turismo no ambiente urbano, particularmente em relação aos usos dos bens patrimoniais no tempo presente. De modo a apontar diversos exemplos empíricos, em estudos de caso realizados por pesquisadores de mestrado e de doutorado, membros do Grupo de Pesquisa “Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural” (GEOPATRI), apresentamos como referências (Anexo), alguns dos principais títulos que trataram das intersecções entre a proteção do patrimônio e a refuncionalização turística.

REFERÊNCIAS

- CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: ENCARNACIÓN, A. C (Org.). **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Junta de Andalucía/Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 1999. p. 16-33.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. Contexto: São Paulo, 2018.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.
- COSTA, E. B. ZOMIGHANI JR., J. H. BOSCARIOL, R.A. Milton Santos, intelectual negro en la dictadura militar y sus teorías del espacio y la urbanización en el tercer mundo. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. v. 26, n. 36, p. 65-93. 2022.
- CRUZ, R. C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**. Vol. 20, n. 40, p. 27-43. jul./dez. 2005.

- CRUZ, R. C. A. "Patrimonialização do patrimônio cultural": ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção do espaço. **GEOUSP – Tempo e Espaço**. São Paulo. n. 91, p. 95-104. 2012.
- CRUZ, R. C. A. Ensaio sobre a relação entre estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. Essai sur la relation entre l'État, les politiques publiques de tourisme et le développement régional au Brésil. **CONFINS**, Paris. N. 44, vol. 1, p.1-15, 2020.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4a ed. Paris: Anthropos, 2000 [1a ed.1974]).
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5a ed. [1a ed. 1968]. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP – Tempo e Espaço**. São Paulo. n. 17, p. 95-105, 2005.
- MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, p. 9-28, jan-abr. 2016.
- MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional do patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília: IPHAN, 2012, p. 25-39.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G. BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.
- PAES, M. T. D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: da herança simbólica à reprodução de signos culturais. **GEOGRAFIA**. Rio Claro, vol. 37, n. 2, mai./ago, p. 319-334, 2012.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **GEOUSP – Tempo e Espaço**. São Paulo. Vol. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.
- PEREIRA, D. C. Patrimônio cultural e geografia: uma análise sobre a operacionalização dos conceitos de paisagem, território e lugar nos processos de patrimonialização. **Espaço Aberto**, PPGG – UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 81-100, 2022.
- RODRIGUES, A. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 1 ed. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. 1999. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Ano XIII, n. 2, ago./dez., 1999.
- SANTOS, M. "Modernidade e memória". In: RIBEIRO, W.C. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 24-26.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2014 [1 ed. 1996].

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1 ed. 1988].

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2004 [1ed. 1978].

SMITH, L. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio cultural. Caderno Virtual de Turismo. v. 21, n. 2, 2021.

SOUZA, M. A. A. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**. v. 2, n. 4, p. 1-17, 2019.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, E. **Esse estranho amor dos paulistanos: requalificação urbana, cultura e turismo**. São Paulo: Global. Brasília: CNPq, 2006.

ANEXO – Teses e Dissertações do Grupo de Pesquisa “Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural” (GEOPATRI) que trataram, em estudos de caso, os temas e a abordagem aqui apresentada:

BERTUZZO, Gleyd Maria Pereira. **Abordagem geográfica do patrimônio cultural e do turismo: a construção do conhecimento sob o olhar da pós-graduação em geografia no Brasil (1998-2014)**. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

MOURA, R. H. **O patrimônio ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: rugosidades da história e refuncionalização dos bens culturais**. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, María Karla. **A valorização e refuncionalização turística do patrimônio cultural no Centro Histórico de Havana, Cuba**. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SANTOS, A. L. **Dimensões do patrimônio cultural: tombamentos e territorialidades no bairro da Freguesia do Ó - São Paulo (SP)**. 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

LIMA, I. P. **O legado do cacau: reinvenção e refuncionalização do patrimônio cultural e arquitetônico do centro histórico da cidade de Ilhéus / BA**. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SANTANA, Ivie Nunes de. **O planejamento turístico como instrumento legítimo cultural em território quilombola**. 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

MESQUITA, E. **Cidades mortas: pretérito e presente vivos: a conservação da memória em Cunha - SP**. 2008. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

PANIS, M. **Turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento local - o Distrito de Rincão da Cruz no município de Pelotas/RS**. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SANTOS, C. M. P. **O reencantamento das cidades:** tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SOTRATTI, M. A. **Pelas ladeiras do Pelô:** a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

CIFELLI, G. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto/MG.** Programa de Pós-graduação em Geografia. 2003. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

FERNANDES, A. M. V. **Patrimônio cultural, turismo e a renovação das cidades:** aproximações e dissonâncias entre Barcelona e Rio de Janeiro. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

PANIS, M. **Circuitos turísticos Ítalo-descendentes:** o uso contemporâneo das heranças culturais no sul e sudeste do Brasil. 2014. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

OLIVEIRA, M. R. S. **Intervenções urbanas e representações do centro da cidade de Campinas (SP):** convergências e divergências. 2012. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SOTRATTI, M. A. **Imagem e Patrimônio Cultural:** as ideologias espaciais da promoção turística internacional do Brasil - EMBRATUR (2003-2010). 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

CIFELLI, G. **Imagem, representação e o uso turístico do Patrimônio Mundial - uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA).** 2015. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.